



ÁREA TEMÁTICA: Família, Género

Perfis de Coabitação no Portugal Contemporâneo¹

Santos, Filomena

Doutorada em Sociologia da Família

Universidade da Beira Interior

namesantos@sapo.pt

Resumo

Através de uma metodologia qualitativa que teve com suporte empírico 48 entrevistas em profundidade, realizadas, na sua maioria, na região da grande Lisboa, descobrimos oito perfis de coabitação conjugal: a coabitação moderna, circunstancial, de noivado, masculina, de transgressão, de tradição, instável e de experimentação.

A presente comunicação tem como objectivo identificar os traços principais associados a cada perfil e apresentar algumas conclusões sobre a coabitação na sociedade portuguesa, nomeadamente quanto à pluralidade de significados, contextos, percursos e dinâmicas da conjugalidade conectados com a coabitação.

Palavras-chave: Coabitação; Conjugalidade; Género; Classe Social; Percursos de vida





1. INTRODUÇÃO

Domínio ainda pouco conhecido e estudado da vida familiar, embora de importância crescente no contexto das transformações ocorridas em Portugal nas últimas décadas, a coabitação conjugal ao mesmo tempo que faz parte integrante do movimento de modernização da sociedade portuguesa, é também um bom revelador das discontinuidades e continuidades dos valores e comportamentos face ao casamento, à sexualidade e às relações entre os géneros.

São hoje mais de 380 mil o número de coabitantes e a coabitação duplicou no período de 10 anos, de 1991 para 2001. O gráfico 1 mostra que os coabitantes representam 7% do total de pessoas que vivem em casal.

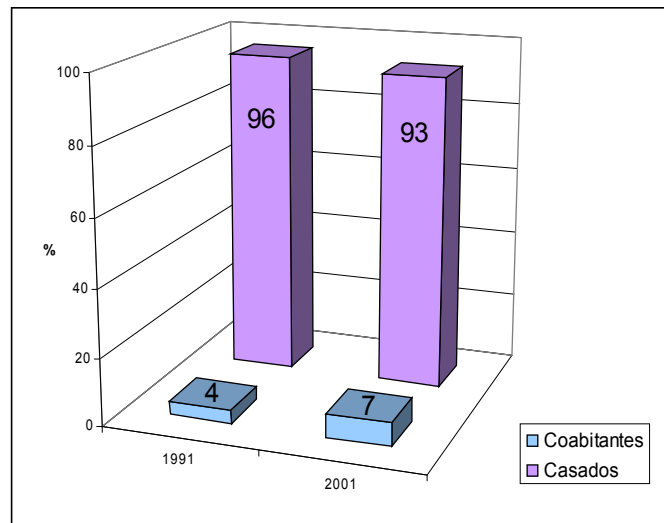


Gráfico 1 – Coabitantes e Casados no total de pessoas a viverem em casal

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Portugal)

Apesar dos coabitantes serem em Portugal uma minoria estatística, quando comparados com os seus congéneres europeus, principalmente do Norte e Centro europeu, aproximando-se neste aspecto Portugal dos países do sul, já que o acesso a uma vida a dois e a formação da família faz-se maioritariamente pela porta do casamento, a tendência é para o crescimento das uniões de facto. À medida que crescem as «uniões sem papéis», diminuindo a estigmatização social que até há pouco pesavam sobre elas, nomeadamente na legislação portuguesa, o fenómeno tende a tocar todos os meios sociais, quer como primeira união, quer como segunda união a seguir a um divórcio.

A expansão da coabitação teve lugar na maior parte dos países ocidentais a partir de finais dos anos sessenta, tendo sofrido uma viragem nos anos oitenta, tornando-se socialmente mais transversal, mais inclusiva de filhos e mais duradoura. Desde o início do movimento modernista de expansão do fenómeno que os sociólogos, demógrafos e outros estudiosos se interrogam sobre o seu significado e se a coabitação é uma forma de vida conjugal susceptível de constituir uma alternativa de carácter transitório ou duradouro ao casamento. A interpretação de estatísticas, quase sempre transversais, e estimativas, mais abundantes que as pesquisas qualitativas, diverge mas existe, contudo, um consenso quando se considera a crescente autonomia das mulheres como uma das causas principais do crescimento das uniões informais.

A mudança social e de valores que acompanha as transformações recentes na paisagem conjugal e das relações familiares (aumento da coabitação informal e recuo do casamento, crescimento do divórcio, dos nascimentos fora do casamento, das famílias monoparentais, entre outros fenómenos), tem como pano de fundo um movimento de desinstitucionalização, por um lado, e de privatização, por outro, do casal e da família.



Esse duplo movimento descrito quer pelos sociólogos da família (Roussel, 1989), quer pelos historiadores das mentalidades (Ariès, 1973, Shorter, 1977) inscreve-se num tempo longo, isto é, nos grandes processos de transformação histórica que acompanham o desenvolvimento da modernidade. Acentuou-se na segunda metade do séc. XX, sendo precisamente uma das suas facetas mais visíveis o recuo normativo do casamento e o crescimento da coabitação. Quando se compara a nossa dinâmica interna com a de outras sociedades europeias nos últimos 30 ou 40 anos, observamos que todas essas tendências de transformação da vida familiar, em particular, no que toca às relações de género no casal, ocorrem também em Portugal mas mais tardiamente. Têm, contudo, lugar num espaço de tempo mais curto, subitamente, de uma geração para a outra.

2. OBJECTIVOS, PRESSUPOSTOS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O objectivo geral deste trabalho consistiu na análise do significado sociológico das uniões de facto na diversidade das suas formas e na sua relação com os processos de mudança familiar na sociedade portuguesa que alguns chamaram de modernidade inacabada ou de desenvolvimento semi-periférico (Machado e Costa, 1998).

Procurou-se indagar até que ponto a coabitação diz respeito a uma crescente desvalorização dos aspectos institucionais da relação do casal a favor da primazia dada ao sentimento amoroso como fundamento da união e se a ênfase colocada no indivíduo, na valorização do seu bem-estar pessoal e emocional pressupõe também modelos de conjugalidade e de família mais igualitários. A maior igualdade de género e o reforço da autonomia feminina frequentemente associados à coabitação, corresponde, aliás, ao segundo sentido que subjaz à ideia de desinstitucionalização, a par do movimento de informalização da conjugalidade, e remete-nos para uma interpretação modernista do fenómeno. Esta perspectiva não é, quanto a nós, incompatível com uma outra que coloca o enfoque na diversidade interna da coabitação e na tentativa de descrever e interpretar diferentes modelos ou tipos de coabitação relacionando-os com diferentes meios sociais e grupos sócio-culturais específicos. Refira-se os grupos sociais e os segmentos da população mais desqualificados da sociedade portuguesa, onde, presumivelmente, o movimento em direcção a uma maior igualdade de género, de individualização e de autonomia pessoal, em particular das mulheres, terá mais dificuldade em se impor.

Partimos do pressuposto que as experiências individuais da conjugalidade informal não se realizam no vazio social mas transportam em si desiguais recursos materiais e simbólicos constitutivos dessas mesmas experiências. Propusemo-nos assim identificar diferentes perfis de coabitação recorrendo a três eixos explicativos principais – o género, a classe social e os percursos biográficos.

Partimos também da ideia de que o modo como se forma, progride e fabrica o laço conjugal, incluindo as diferentes etapas da vida conjugal e familiar, as divisões de género no casal e o significado que os coabitantes lhe atribuem, deverão variar em função das biografias individuais, elas próprias influenciadas pela classe social e pelo género.

O tempo singular e os momentos de transição mais significativos da história pessoal dos indivíduos entrelaçam-se necessariamente quer com o tempo social, quer com a história do casal ou a biografia conjugal. A este nível, a duração da união e a transição (ou não) para uma família com filhos após a entrada em casal, assim como os percursos de formalização (ou não) da conjugalidade são distinções que se prevêem relevantes quando se pretende captar o significado da coabitação.

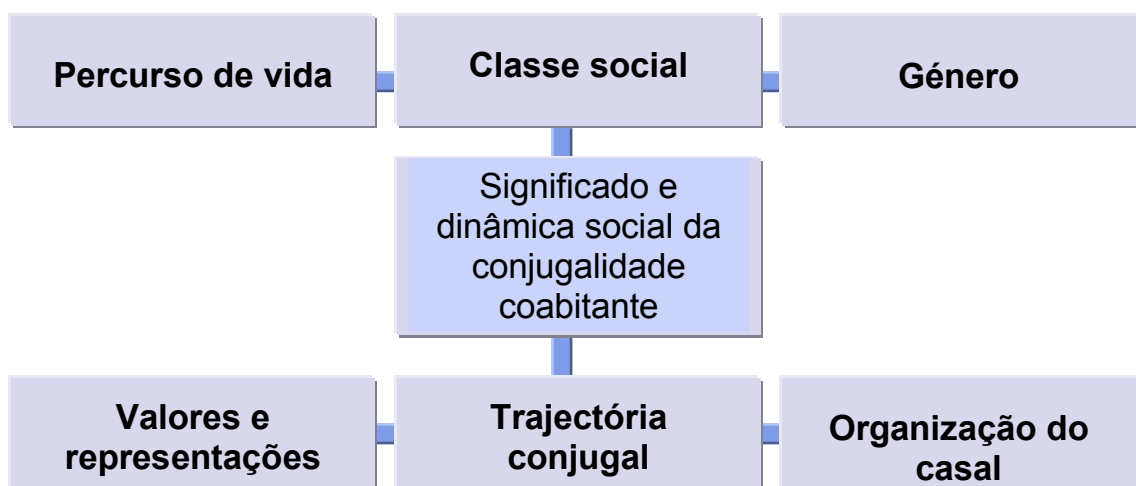
Pretendeu-se, mais especificamente, privilegiando uma **abordagem compreensiva** e centrando o olhar no “**lado de dentro**” da vida conjugal e familiar, encontrar os diferentes significados sociais associados a vários perfis de coabitação.



Procurou-se, enfim, articular, de modo a descobrir o significado da coabitação, o «olhar de dentro» da família com o «olhar de fora». Isto é, privilegiámos a análise das interacções conjugais na sua relação com as orientações normativas, os valores e as representações dos coabitantes, associando essas dimensões com a sua ancoragem no espaço «de fora», em termos de pertença social e sexual.

Com vista a identificar a diversidade dos perfis teve-se em conta a influência do género, da posição social e da trajectória de vida dos seus protagonistas, assim como as relações de género produzidas no casal a propósito do trabalho doméstico e profissional e o tipo de coesão (orientação para a autonomia ou para a fusão) subjacente ao funcionamento do casal em diversas dimensões da conjugalidade.

Em síntese, o modelo de análise inclui o percurso de vida, a classe social e o género dos coabitantes, bem como três variáveis da dinâmica conjugal: a dimensão simbólica dos valores e representações, a trajectória conjugal e a organização do casal. Todas estas dimensões confluem no sentido de captar os diferentes modos de construir a conjugalidade coabitante.



Esquema 1 – Modelo de Análise

Em termos metodológicos optámos por uma pesquisa qualitativa, privilegiando a relação aprofundada com os actores sociais. A entrevista em profundidade assumiu uma importância estratégica fundamental e constituiu o procedimento metodológico principal. A escolha deste tipo de metodologia, de carácter flexível e versátil, pareceu-nos o mais adequado por permitir o acesso às experiências subjectivas dos coabitantes, às interacções, dinâmicas e contextos da conjugalidade coabitante.

A escassez de estudos sobre a coabitação na sociedade portuguesa e o desconhecimento, quase total, acerca dos significados que os seus protagonistas lhe atribuem desaconselhava o uso de um dispositivo rígido e perfeitamente padronizado de recolha de informação que podia correr o risco de conduzir a investigação à perda de dados ou à alteração do seu significado.

3. RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: PERFIS DE COABITAÇÃO

Partindo da ideia de diversidade de situações, de contextos, de percursos, de concepções e de modelos de funcionamento conjugal associados à coabitação, descobrimos oito perfis de coabitação conjugal na sociedade portuguesa: a coabitação **moderna**, **circunstancial**, **de noivado**, **masculina**, **de transgressão**, **de tradição**, **instável** e **de experimentação**.



Ao distinguir diferentes perfis de coabitação pretendemos mostrar diferenças apenas captáveis através de uma análise qualitativa que os resultados dos grandes inquéritos por questionário, mais vocacionados para apreender as tendências dominantes, tendem a esconder e a «aplanar». Procuraremos, de forma breve, identificar os traços distintivos de cada perfil, acompanhados de extractos de entrevistas e descrição dos casos, para, a seguir, tecer alguns comentários finais.

Perfil Moderno

No perfil moderno a coabitação surge «naturalizada», na perspectiva dos actores sociais, como resultante de um relacionamento íntimo e como o prolongamento do namoro. Enquanto uns não excluem o casamento, outros, mesmo com filhos, são mais reticentes face à ideia de oficializar a relação conjugal, considerada por alguns como uma ingerência ilegítima. A coabitação moderna representa o culminar de uma evolução histórica que passa pela construção do casamento por amor ao amor sem casamento através do acento colocado na privatização do casal e na desinstitucionalização dos laços conjugais e parentais. Neste perfil, associado a meios intelectuais e científicos, torna-se bastante evidente o modelo modernista de formação progressiva do casal e da família, assinalado por vários autores (Kaufmann, 1993; Manting, 1994), e, também, de maior simetria do ponto de vista das relações de género. Este perfil de coabitação diz, sobretudo, respeito a casais solteiros numa primeira união mas pode ser também encontrado em casais menos jovens em que pelo menos um dos membros já viveu uma conjugalidade anterior, formalizada ou não.

Coabitação prolongamento do namoro

“Acho que foi uma evolução natural (...). O namoro foi ... meses ... foi o verão do ano lectivo ... depois, pronto, ela começou a viver comigo.”

Desafectação face ao casamento

“Nem eu nem ela fazemos questão, não é?... nunca foi motivo forte (...). É burocracias a mais. Não vejo necessidade absolutamente nenhuma. Acho uma formalidade, o sentimento é o mesmo, as responsabilidades são sempre as mesmas. (...) Acho que jamais gastaria um centavo ou um cêntimo numa festa de casamento, podendo usufruir por exemplo para viajar. Isso diz tudo”.

Casar depois de ter filhos?

“Talvez daqui a uns tempos se o miúdo nos começar a perguntar porque é que não casamos e isso, talvez a gente o faça para oficializar, pronto. Não quer dizer que seja, não é, em termos de regalias é tudo igual não é? (...) Talvez a criança um dia mais tarde, enfim... por um filho fazia isso. Mas acho que não há esse tipo de problema também, e tudo depende da forma como os educamos.”

Privatização dos afectos/ visão da coabitação

“Porque é como te digo, não tem de haver um papel, assinaturas, o sentimento é o mesmo. Vou encarar sempre como uma relação normal. É uma relação que pode durar perfeitamente sem casamento.”

Planos / projecto de parentalidade

“Planos para nós era viver juntos, o casamento nunca foi um objectivo. O nascimento da criança, tudo bem, já se falou nisso, não queria prolongar muito mais (...) sempre pensámos ter uma criança pelo menos.”

Preservar a autonomia como razão para coabitar ?

“Eh pá, se calhar um pouco, um bocadinho até. (...) a autonomia surge a partir do momento em que não há papéis, se bem que é a mesma coisa, vai dar ao mesmo (...). Em termos simbólicos, talvez, é qualquer coisa que abone a favor da nossa liberdade.”

Filipe, professor de Educação Física, 34 anos, junto há 3 anos com Cristina, professora, um filho bebé, que nasceu após 2 anos de coabitação.

**Desafecção face ao casamento**

“(…) como o Vasco tinha vontade de casar, casámos. (…) Ele queria casar, eu não ia dizer-lhe que não, porque me era completamente indiferente. (…) casei de mini-saia pelo civil”.

Privatização dos sentimentos/ visão da coabitação como uma relação idêntica ao casamento

“(…) Sentia-me casada, desde a união de facto que sempre me senti casada, o compromisso e os sentimentos são os mesmos”.

Preservar a autonomia como razão para coabitar? / Aceitação fácil do divórcio

“Sim, mas agora que estou casada também sinto essa autonomia. (…) porque também não tenho nada contra o divórcio, se alguma coisa corresse mal agora também me podia divorciar.”

Mariana, 40 anos, professora universitária, casou, após 5 anos de coabitação (tinha a filha 2 anos), com Vasco, artista plástico.

(vive na zona da Grande Lisboa)

Perfil Circunstancial

Na coabitação circunstancial a entrada informal na conjugalidade é ditada por força das circunstâncias, daí a etiqueta que lhe foi atribuída, e vem interromper um trajecto previsível, o de casar sem coabitação prévia, conforme era desejo dos seus protagonistas. Se não fosse a existência de problemas exteriores à relação – um divórcio a decorrer, por exemplo, que impede um dos cônjuges de casar de novo ou um ambiente insustentável na família de origem – é provável que a coabitação não tivesse sequer ocorrido e o casal teria entrado na conjugalidade de modo convencional.

O relacionamento do casal, menos privatizado, está sujeito a pressões e ritmos exteriores. A ideia de experimentação conjugal está ausente e deseja-se transitar para uma família com filhos no quadro da instituição matrimonial, indiscutivelmente mais valorizada que a coabitação informal. Apesar da ênfase colocada nos aspectos emocionais e comunicacionais da relação do casal, o perfil circunstancial apresenta-se, no essencial, conformista em relação aos valores institucionais do casamento, aceite como uma união mais inquebrável com papéis de género diferenciados e externamente codificados, afastando-se assim de uma lógica modernista.

Entrada informal em casal por força das circunstâncias

“Houve algo que precipitou um pouco as coisas, o tal problema familiar dela. Durante o namoro eu e a Marisa nunca tínhamos pensado nisso [em coabitar], nós tínhamos era falado em casar”.

Pressão para casar

“A coabitação é uma fase (…) queremos contrair matrimónio por uma questão de tradição e também pela pressão dos familiares”.

“Antes de casar também não queremos ter filhos por essa questão de aceitação por parte dos outros. E nós também achamos que isso é que é o certo (…)”.

Representações distintas

“(…) no casamento a questão burocrática de assinar contrato parece-me mais inquebrável do que a coabitação”.

“Talvez ela me dê mais liberdade e eu lhe dê mais liberdade a ela. No casamento (…) penso que se colocam mais limites.”

Divisões de género

“Faço alguns arranjos mas aquelas tarefas domésticas diárias dificilmente as faço (…)”.

Hugo, 24 anos, 12º ano, Administrativo, junto há 1 ano com Marisa, 12º ano, Desempregada, casal sem filhos.

(vive na zona da Covilhã/aldeia/meio rural)



Perfil Noivado

A coabitação de noivado, já documentada através de outras pesquisas (Aboim, 2005; Roussel, 1986) apresenta-se mais fugaz e afasta-se do perfil descrito anteriormente na medida em que a decisão de casar já foi tomada durante o namoro – traço distintivo do «noivado». O noivado representa um compasso de espera enquanto os «noivos» se instalam e fazem os preparativos para o casamento. Este perfil é típico de casais jovens numa primeira união, sobretudo dos sectores intermédios, embora se tenha observado outros casos de entrevistados mais velhos que se aproximam deste perfil.

Razões para coabitar

“(...) não houve nenhuma razão especial. (...) e como o casamento não se decide hoje e casa-se amanhã, foi uma maneira ... da parte dela eu penso que foi mais uma questão de liberdade, um acto independente. Uma vez que já tínhamos casa, era uma questão dela arranjar trabalho cá.”

Visão da coabitação

“Da minha parte só formámos realmente um casal depois de casados. Quando fomos viver juntos éramos namorados. (...) Não se deu muita importância (...).”

“Acho que é preferível casar do que viver juntos, mas não faz mal viver uns meses juntos antes do casamento”.

“(...) eu penso que é uma relação mais frágil, torna-se mais simples romper com esse compromisso”.

Pressão para casar

“(...) depois nesses três meses (...) o casamento tinha que surgir o mais rápido possível. (...) começou a haver uma certa pressão da parte da família dela.”

Divisões de género

“Isso é repartido, (*tarefas*) (...) Faço tudo em casa, menos passar a ferro. O que gosto mais é tratar da miúda”.

Rui Pedro, 30 anos, 12º ano, Sargento da Marinha, casou, após 3 anos de namoro e 3 meses de conjugalidade informal, com Alexandra, operadora, com o 9º ano, uma filha de 19 meses.

(Grande Lisboa/Seixal/Margem Sul)

Perfil Masculino

A coabitação masculina, identificada em casais de origem operária, tende a prolongar-se no tempo. A continuidade da situação de informalidade conjugal, que inclui a presença de filhos comuns e não comuns, contraria os desejos e as aspirações mais íntimas das mulheres que das duas uma, ou se conformam, principalmente à medida que aumenta a duração das uniões, ou tentam, pelo menos no início, insurgir-se contra a vontade dos seus companheiros. A coabitação, essencialmente assimétrica quanto às relações de género no casal, surge neste caso como um casamento frustrado e por imposição masculina, quer se trate da primeira união de ambos ou de uma coabitação de recomposição familiar, situação que parece ser mais frequente neste meio. Para as mulheres divorciadas com filhos de relações anteriores o percurso coabitação-casamento com o actual cônjuge, enquanto trajectória desejada, traduz-se em ganhos de segurança e identidade estatutária.

**Coabitação por imposição masculina**

A: “Casar não, não quero casar.”

P: “Mentira, às vezes dizias que querias.”

A: “Dizia isso só para te calar. Podes perder a esperança (...). Eu não caso de certeza.”

Razões masculinas

A: “Porque eu gosto dela. Basta gostar para durar (...). Três dos meus irmãos casaram na igreja e eu também gostava de ter casado. Mas depois ... como ela já foi casada ...”

Razões femininas

P: “Se não quisesse voltar a refazer a minha vida nunca me tinha juntado com ele.”

“A nível da sociedade a nossa relação não existe. (...) Por exemplo, mostro o meu bilhete de identidade e mostro o dele, (...) ser divorciada e ele ser solteiro. Não é que eu me importe com o que as pessoas pensam mas a pior coisa que me podem fazer é isso.”

“(...) Se me acontecer alguma coisa os meus filhos ficam sempre prejudicados.”

Papéis de género

A: “Porque sempre foi assim, o homem a trabalhar para a casa. O homem é o principal responsável pela sobrevivência da sua família.”

P: “Eu sabia que ao juntar-me com ele também tinha que fazer o papel de esposa, de mãe e ... eu estando casada com ele ou estando junta tenho sempre que o respeitar.”

António e Paula, 30 e 26 anos, Operários, ele a 4ª classe e ela o 9ºano, ambos a trabalhar, juntos há 2 anos e meio, uma filha do casal (“eu já estava grávida”) e um filho dela da relação anterior.

(Grande Lisboa/Almada)

Perfil Transgressão

A importância atribuída, desde o início da pesquisa, aos percursos biográficos dos coabitantes, eles próprios moldados pela pertença social, em termos de classe, pelo género e pelo tempo social, saiu reforçada quando confrontada com a realidade empírica. O perfil de transgressão constitui um bom exemplo.

Este perfil com a sua lógica modernista e simultaneamente contestatária – a marca que o distingue de todos os outros – simboliza a mudança rápida de valores e de comportamentos que sucedeu na sociedade portuguesa, de uma geração para a outra, no período que se seguiu ao 25 de Abril. A preocupação em construir o relacionamento do casal e fundar a família em moldes diferentes, rejeitando as referências valorativas do casamento instituição («para toda a vida» e assente na desigualdade de estatutos e papéis sexuais) faz-se sentir nas narrativas de vida dos coabitantes deste perfil que tendem a pertencer a meios diplomados.

À semelhança do perfil moderno, a duração da relação conjugal é vista como estando inteiramente dependente da dinâmica dos sentimentos. O acento é colocado no compromisso de amor privado e na desvalorização dos laços jurídicos e institucionais. A recusa em submeter a relação a ingerências externas e a tentativa de preservar a intimidade através da negação dos rituais ligados ao casamento, considerados, não apenas desnecessários, como até hipócritas, são traços salientes do discurso «transgressão».



“Eu comecei a viver com ele com 17 anos, era portanto muito jovem. Nasci numa família de classe média alta, a minha mãe era uma das donas de uma empresa (...) Com a Revolução do 25 de Abril começaram a surgir os hippies portugueses (...).”

“Quando iniciei a minha vida com Eduardo, para mim era importante não ser casada, fazia questão disso (...). Na altura queria ser diferente, era uma forma de contestação.”

“Eu sempre achei os rituais do casamento uma palhaçada, talvez pelas relações a que eu assistia e aquela questão da hipocrisia. Achava ridículo ir perante um padre ou perante um juiz fazer uma declaração de intenções e assinar um papel. Isto tem a ver com o achar que é uma relação privada (...). O verdadeiro contrato é as pessoas estarem juntas enquanto se gostam, isso é que é o fundamental, o resto não interessa para nada.”

“Eu valorizo muito a minha autonomia. A coabitação ajuda a isso (...). Depois o facto de não ser casada dá-me mais independência e posso bater o pé.”

Eu partilho, mas (...) tenho tido uma luta lá em casa (...).

Inês, 41 anos, licenciada, assistente de investigação, junta há mais de 20 anos com Eduardo, 4ª classe, negociante de obras de arte, uma filha de 21 anos.

(Lisboa Centro)

Perfil Tradição

A coabitação que chamei de tradição, precisamente para assinalar a presença na sociedade portuguesa de uma prática anterior ao movimento modernista de expansão do fenómeno surge muito ligada à precariedade socio-económica. A sua classificação corresponde também ao sentido que lhe é dado pelos actores sociais quando referem, recorrendo às memórias familiares, que a coabitação informal já era uma prática frequente na geração dos seus pais e avós. A união de facto de longa duração observada no seio de grupos urbanos desclassificados é vista, pelos seus protagonistas, como um substituto do matrimónio (este último identificado com a «cultura escrita»). Este “casamento dos pobres” é profundamente assimétrico e reproduz informalmente uma ordem institucional perene e sexualmente diferenciada.

Percurso de vida

“Quando comecei a viver com a Adelaide tinha 17 anos e era vendedor ambulante em praças, em mercados e feiras. Ela também. Os pais dela já andavam nessa vida (...).”

Entrada em casal

“Fomos aos pais dela e ainda não tínhamos feito nada, só uns beijos. Ela quis ficar comigo, eu aceitei-a, não fiz nada com ela e depois perguntei-lhe se queria ir para ao pé dos pais e ela disse que não, que queria ficar comigo eternamente, para o resto da vida e pronto, ficou assim, juntámo-nos”.

Razões para coabitar

“(...) também isto já vem de tradição porque o meu pai e a minha mãe também não são casados, vivem juntos como eu. (...) os meus avós (...) e os meus tios também não são casados, está tudo junto. Para nós é uma coisa normal. Embora, como lhe disse, se tivesse uma vida como deve ser até era capaz de casar com a minha mulher. (...) nós temos oito filhos (...).”

“Na nossa tradição é assim, é a mesma coisa, só não fomos à igreja nem nada, é como os ciganos por exemplo. O cigano não tem papel nem tem nada...”

Divisão conjugal do trabalho e dos lazeres / autonomia masculina/ assimetria tradicional

(...) Se eu pudesse a minha mulher nem trabalhava aqui, antes queria que ela estivesse em casa para tratar dos filhos e da lida da casa.

“Ela não tem tempos livres, ela não gosta de estar parada (...). Ela trata dos filhos, ela vai às compras (...) Ela arranja tudo, ela é uma mulher de armas. (...) Eu saio mais é nos fins-de-semana. (...) ela nunca sai. (...) normalmente eu tenho os meus amigos que ela nem sequer conhece”.

Guilherme, 41 anos, 4ª Classe, Vigilante, junto há mais de 20 anos com Adelaide, empregada de limpeza, oito filhos.

(Grande Lisboa/Almada)



Perfil Instável

Na coabitação instável a exclusão social, e não propriamente a natureza informal da conjugalidade, está intimamente ligada à instabilidade emocional e familiar. Modos de vida precários e/ou marginais, estando os primeiros associados a minorias étnicas de origem africana e os segundos a percursos de toxicodependência, ou, por exemplo, actividades como a prostituição, produzem laços conjugais por vezes frágeis, mudanças sucessivas de parceiro, descendências numerosas e desresponsabilização, mais acentuada no lado masculino, em relação aos filhos. A investigação realizada mostra que a coabitação que se desenvolve em franjas populacionais muito desfavorecidas e descapitalizadas e, simultaneamente, associada a famílias de maior dimensão (o perfil de tradição e instável), é também ela heterogénea e espelha bem a diversidade que alguns autores designam como modos de vida da pobreza (Capucha, 1998).

Entrada em casal

“Foi uma decisão... nós na altura não gostávamos um do outro mas pronto, podíamos vir a gostar um do outro e então ... foi assim, foi da convivência.”

Relações de género

“Eu não sou uma grande coisa mas sou uma boa cozinheira, sou uma boa dona de casa, gosto muito dos meus filhos, gosto de tratar deles, eu se tivesse condições era assim que teria a minha casa”.

“Dantes quando vivíamos com as crianças ele ajudava a tratar delas, a dar banho, mudar a fralda, dar a papa a elas ou o comer. Agora nestas condições (...) ele continua a ajudar muito em «casa»: ele varre, ele vai buscar a água, ele também lava alguma loiça, essas coisas assim”.

Projectos

“Até eu me certificar que ele quer trabalhar e ir em frente (...). Não só de continuar sem droga mas com trabalhinho seguro. À priori é arranjar casa e depois se ele trabalhar e eu trabalhar (...)”.

Razões estatutárias para casar

“A minha família é uma família tradicional, (...) está tudo casado. (...) Se casasse se calhar não aceitavam o meu companheiro, pronto, como companheiro, mas sim como marido. Talvez terem mais respeito por ele”.

“(...) ele não teve educação (...). Não teve porque eles viviam em barracas, os pais dele ... (...)”.

Graça, 35 anos, 4ª classe, filha de imigrantes açorianos com uma “trajectória mal sucedida”, vive há 11 anos com Jaime, 44 anos. Ambos desempregados e com um problema de toxicodependência desde o início da coabitação. As duas filhas do casal (7 e 9 anos) estão à guarda das tias. Graça tem um filho (ao cuidado dos avós maternos) de um homem casado que a abandonou e, por sua vez, Jaime está na terceira união informal, com um filho de uma relação anterior.

(Grande Lisboa/Almada)



Entrada em casal

“Uma noite saímos com uns companheiros que eram tendeiros e a Elsa não gostava do pessoal e ela então veio sentada ao meu colo dentro do meu Mercedes. Então, junto à feira da ladra, eles começaram a preparar o ângulo que era para fazerem mal à Elsa. (...) Queriam abusar dela. Eu não alinhei nisso e foi a partir daí que a Elsa começou a gostar mais de mim. Depois então fomos para casa do irmão dela para vivermos os dois (...).”

Percursos conjugais instáveis

“A minha primeira mulher morei com ela durante dois anos e meio e estivemos juntos sete anos. Logo a seguir conheci a minha segunda mulher que faleceu, (...) vivi com ela quase três anos e meio. O resto duraram só seis ou sete meses e foram todas mulheres muito mais velhas do que eu. (...)”

“A Elsa viveu a primeira vez com o pai dos filhos, depois andou com vários homens e fui eu que a tirei dessa situação. Vivemos juntos dezasseis anos (...). Ela deixou-me a primeira vez mas isso foi logo no princípio, para ir com o tal fulano para Espanha (...), a segunda vez que me deixou foi quando eu lhe preguei umas bofetadas e agora foi a terceira vez que ela foi embora”.

Visão da coabitação

“Olhe, eu digo-lhe uma coisa: daquilo que tenho como experiência do ajuntamento, aquilo que é mais importante é o amor. Sobre o casamento não lhe poderei dizer muita coisa porque eu nunca estive casado, mas para mim a situação é a mesma”.

Artur, 39 anos, 4ª classe, trabalhador na construção civil (biscates) e ex - proxeneta, «retornado» de Angola com uma trajectória familiar descendente. Pai de oito filhos, cinco da Elsa, com quem viveu 16 anos até há um mês atrás. Ele que «deixou três filhos pelo caminho» queixa-se que a mulher o abandonou com “as crias”.

(Grande Lisboa/Almada)

Entrada em casal

“Como estava apertada em casa da minha prima, ele propôs-me ir morar com ele. Como ele estava a viver sozinho, eu achei fácil aceitar a proposta e fomos morar juntos”.

Expectativa de uma relação a longo prazo / desejo de casar

“(...) ele dizia que eu fui a primeira mulher de quem ele teve dois filhos, porque com as outras teve um aqui e outro ali. Por isso ele dizia que eu é que ia ser a mulher da vida dele (...). Mas ele só dizia isto de boca ...”.

“Pode estar junto durante pouco tempo, depois tem que casar mesmo. A religião muçulmana proíbe isso, o viver junto sem estar casado”.

“Porque a vida não deixou, para casar é preciso muitas despesas e nós tínhamos sempre problemas financeiros e isso adiava mais o casamento”.

Incumprimento das responsabilidades masculinas / ruptura conjugal

“Ele não tem aquele amor de pai, não ajuda em nada (...). Ele bebe muito, (...) ele não me ajudava com as crianças nem nada. Eu tinha que me encarregar de tudo. Eu pensei que com o tempo ele fosse mudar, mas com o tempo ele ficou foi pior. Lá na nossa terra costuma-se dizer que a mulher que quer um marido e uma casa, ela tem que sujeitar-se ao marido e aturá-lo. Por isso eu aguentei estes anos todos (...).”

“É isso que me magoa, porque só quando ele precisa é que dá algum carinho (...). Ele diz que quando ele se quer satisfazer a mulher não pode dizer que não, isso é o que mais me irrita. Não é tanto a questão de ele ser agressivo com os miúdos, porque eu protejo sempre os meus filhos, quanto ao trabalho, ele é que sabe, mas isso da nossa relação íntima ...”

Georgina, 45 anos, empregada de limpeza, guineense, veio para Portugal com 32 anos e viveu 12 anos com Delfim, de quem teve dois filhos. Três anos após o início da vida em comum, tinha a primeira filha dois anos, os filhos dele, três, vieram da Guiné juntar-se ao casal por iniciativa do pai. Recentemente separada, está a viver com os filhos, dela, num quarto em casa de familiares.

(Grande Lisboa/Almada)



Perfil Experimentação

O perfil de experimentação diz respeito tanto a uma coabitação transitória sem filhos, numa primeira conjugalidade, como a uma coabitação transitória, numa segunda conjugalidade, que dá lugar ao nascimento de filhos comuns durante a fase de vivência informal. Todos os entrevistados deste perfil têm em comum o facto de terem casado após um período, mais ou menos prolongado, de coabitação. Mas enquanto na experimentação de recomposição familiar o projecto de ter filhos surge primeiro que o projecto ou a decisão de oficializar a união conjugal, os casais numa primeira conjugalidade preferem casar antes de ter filhos e evitam a parentalidade fora dos laços institucionais. Para os primeiros, ter filhos é uma forma tão ou mais importante do que casar para consolidar a união e o casamento representa uma dupla confirmação da solidez da relação conjugal.

Apesar de transversal, do ponto de vista social, os resultados indicam que é, por um lado, nos sectores intermédios medianamente escolarizados e, por outro, nos sectores operários e executantes que tende a desenvolver-se a coabitação de experimentação e não nos meios academicamente mais qualificados. A ideia de experimentação conjugal como finalidade intencional da coabitação – traço distintivo deste perfil – surge de forma saliente nos entrevistados desses sectores sociais, sobretudo entre aqueles que vivem uma segunda conjugalidade. Através da coabitação informal nem sempre se pretende testar apenas a relação conjugal mas também as potencialidades do parceiro como pai dos filhos de casamentos anteriores. A coabitação surge, neste caso, como uma estratégia de entrada prudente, passo a passo, numa nova união. A coabitação de ensaio é, nestes meios, socialmente aceite e legitimada como forma de evitar o divórcio.

Experimentação conjugal / evitar o divórcio

MR: “Primeiro realmente pensei em juntar, antes de ter outro divórcio em cima, então quis-me certificar que realmente era uma coisa que ia dar certo. (...) pensava ... pode ser um fogo de palha, então vamos primeiro amadurecer bem as coisas.”

Projecto de parentalidade prioritário / projecto de casamento secundário

A: “(...) logo que a gente se juntou, pronto, vá lá, talvez passado um aninho pensámos em ter um filhote nosso. (...) quando nasceu a Beatriz [*filha comum*] depois então é que começámos a pensar em casar. Temos de levar as meninas ao casamento e aproveitamos e damos o nozinho (...).”

A: “Ao princípio a gente andava naquela dá não dá (...). E pronto, ao fim de umas zangazinhas e mais uns amorzinhos, e mais umas pazes e não sei quê, e a partir daí quando a vida começou a endireitar pronto... E depois começámos a pensar, eh pá, isto a gente já está há seis, sete anos, né?... já temos as filhotas (...).”

Divisões de género/ partilha conjunta do trabalho doméstico

A: “(...) se venho mais cedo faço o jantar, pronto faço tudo o que tenho de fazer em casa, se ela vem mais cedo faz ela (...) na cozinha, pronto, eu estou às vezes a fazer uma coisa, ela está a fazer outra, eu estou por exemplo a fazer o jantar, ela está a fazer a salada, a pôr a mesa ...”

MR: “A gente isso sempre dividiu muito bem, felizmente ele ajuda imenso em casa. (...) mesmo quando as miúdas eram pequenas (...).”

A: “Eu mudava fraldas, dava o biberão, deixava de manhã uma na ama e outra no infantário (...), era muito eu.”

MR: “Quando chegava eu ia tratar das meninas e ele tratava sempre mais da casa”. (...) “Eu quando tinha de trabalhar, se eu tivesse a passar a ferro ele dizia: pronto deixa estar que eu agora acabo.”

Alberto, operário, 49 anos, preparatório/básico, casou com Maria do Rosário, cabeleireira, após 7 anos de coabitação, uma filha comum (hoje com 20 anos) e uma filha de cada um do primeiro casamento.

(Setúbal/cidade)



Experimentação conjugal/ evitar o divórcio

“Fiquei sempre com aquele receio de que não desse certo, estar a casar-me logo e depois as coisas não darem certo, lá vinha mais um desgosto para os meus pais de mais uma separação.

“(…) Eu comecei a pensar: bem, estou grávida, e com esta opinião dos meus sogros acho que vou em frente. Foi quando resolvemos e casámos pelo civil”.

Divisões de género (mulher sobrecarregada)

“Ao Sábado [*dia das limpezas*] aspira e limpa o pó, ainda hoje é a única coisa que faz. (...) “Diz que isso é trabalho de senhoras.” “(...) ele chega mais cedo a casa, podia fazer [*o jantar*] e não faz, não me adianta nada. (...) eu levanto-me às 4 da manhã todos os dias e deito-me só à meia-noite, durmo pouco, não tenho quem me faça as coisas.”

O lugar do homem/«bom pai de família»

“É bom marido em tudo, em casa, para nós, para mim, para os meus filhos que não são dele mas que (...) isso faz-me gostar ainda mais dele, porque eu nunca pensei um dia arranjar alguém que gostasse tanto dos meus filhos como ele gosta do filho dele. Ele não faz diferença neles e é isso que eu admiro muito, tanto eu como a minha família.”

Isaura, empregada de limpeza, 42 anos, 4ª classe, casou, após 2 anos de coabitação, com Belmiro, solteiro e sem filhos, agente da PSP com o 12º ano, um filho do casal (5 anos) e dois dela do primeiro casamento.

(Lisboa Centro)

Experimentação / entrada progressiva na conjugalidade

“Eu juntei-me e não pensei nisso, deixei as coisas andar e depois mais tarde claro que pensávamos em casar (...). Era para ver se nos dávamos bem ou não, como é que eram os feitos (...). Mas ao mesmo tempo uma pessoa foi viver e pronto.”

“O casamento foi uma coisa sentida, não foi só uma coisa formal, não foi casar só por casar. Eu acho que é o sonho de qualquer mulher casar pela igreja, e aquelas coisas todas, pelo menos eu penso assim”.

Visão da coabitação

“Por exemplo, no aspecto financeiro foi uma diferença do dia para a noite. Não havia contas a meias para isto e para aquilo, logo aí há independência. No resto também (...). Foi ótimo (...). Quando está no papel, dá a ideia de ser um compromisso mais forte, mais sólido (...). Acaba por ser negativo, porque é tão fácil uma pessoa se separar que não pensa duas vezes.

Divisões de género (mulher sobrecarregada)

“Só as brincadeiras. Às vezes dá o biberão ao Pedrinho, mas quer dizer, não faz nada, eu é que faço tudo. (...) pensa que isto é trabalho fácil, que não desgasta. Mas muitos homens pensam assim ...”

Isabel, desenhadora, 35 anos, curso médio, casou, após um ano de coabitação, com Carlos, 11º ano, sócio de uma pequena empresa, dois filhos pequenos (o primeiro nasceu 2 anos depois de casarem), primeira conjugalidade.

(Covilhã/cidade)

Experimentação/ assegurar primeiro a independência económica/ entrada progressiva em casal e em família

“(…) porque na altura não trabalhava, ainda estava a estudar, porque depois casava e estaria dependente do marido.”

“Acho que é uma forma de verificarmos se nos damos bem ou não, é uma forma de estarmos sem haver um papel.”

“(…) se calhar sentia um pouco mais de liberdade do que casada.”

Pressão para casar

“Poderia durar sem casamento, pelo menos era assim no início. Se calhar no fim por causa daquela pressão que eu comecei a sentir ... passado um ano achei que era melhor casar, senti que devia isso aos meus pais (...).”

“Foi a tal situação, nós chegámos a ir para o Alentejo e não dormíamos juntos, e sentir que já estava na altura, como já tinha a vida mais ou menos organizada, de casar, para os meus pais, para mim sinceramente poderia continuar junta.”

Leonor, 30 anos, licenciada e técnica em recursos humanos, casou com Domingos, Sargento da Marinha, após 8 anos de namoro e 1 ano de coabitação, um filho pequeno (nasceu 2 anos depois de casarem), primeira conjugalidade.

(Grande Lisboa/Seixal/Margem Sul)



4. COMENTÁRIOS FINAIS

Na investigação sobre a coabitação na sociedade portuguesa procurámos articular diferentes perspectivas teóricas, baseando-nos, quer nos autores que colocam a ênfase nas dimensões simbólicas e comportamentais do fenómeno de coabitação relacionadas com a mudança social e de valores nas sociedades contemporâneas, nomeadamente no que se refere ao movimento de desinstitucionalização do casamento (Bozon, 1991a; Roussel, 1987 e 1989), de privatização (Ariès, 1973; Shorter, 1977) e individualização da vida social e familiar (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993; Giddens, 1992), característicos da modernidade, quer naqueles que têm tentado mostrar a diversidade do fenómeno, ligando diferentes perfis ou tipos de coabitação com classes sociais e/ou subpopulações específicas (Aboim, 2005; Bawin-Legros, 1988; Smart e Stevens, 2000; Villeneuve-Gokalp, 1990).

Ambas as abordagens – a primeira relaciona coabitação e modernidade e a segunda coloca o enfoque na diversidade interna da coabitação – revelaram, no curso desta pesquisa, uma imagem compósita da sociedade portuguesa, onde o tradicional e o moderno apareceram, de facto, combinados e sobrepostos.

Os resultados mostram a pluralidade de significados e contextos associados às experiências informais de conjugalidade. A primeira conclusão refere-se, pois, à existência, que já antes suspeitávamos, de uma **variedade de perfis** de coabitação conjugal no Portugal contemporâneo.

Os dados mostram também que na coabitação, tal como no casamento, há perfis muito variados de **organização conjugal**. O modo como se fabrica a coesão do casal e da família, dando lugar a quotidianos mais fusionais ou mais autónomos, a práticas rotineiras mais igualitárias ou menos igualitárias do ponto de vista da divisão conjugal dos lares e do trabalho (doméstico e profissional), estão, como sugerem outros estudos, mais dependentes das grandes variáveis sociais, como o nível de educação e a situação de classe, do que do estatuto formal ou informal da conjugalidade.

A resposta à questão do reforço da **igualdade de género** associado à coabitação aponta para alguma complexidade. Se não surpreende encontrar papéis de género mais indiferenciados e dinâmicas de interacção mais igualitárias no perfil moderno, de transgressão e de experimentação dos meios mais qualificados, já a relativa igualdade – observada onde menos se espera – na experimentação de um casal em que o elemento masculino tem uma profissão operária, no estilo de noivado dos meios intermédios, ou mesmo na coabitação instável dos mais desfavorecidos, não pode ser explicada recorrendo unicamente à variável situação de classe, individualmente considerada, e muito menos ao vínculo informal da conjugalidade. As variações encontradas, até mesmo no interior de sectores sociais idênticos, dependem muito dos percursos e das biografias individuais, e dos «capitais» das mulheres, principalmente quando está em jogo uma posição social superior ou ligeiramente mais favorecida que a do cônjuge.

Quanto à ideia de que a coabitação está associada a **expectativas mais elevadas de autonomia e liberdade**, esse é um pressuposto válido para uns mas não para todos. No plano simbólico, a coabitação de recorte transitório («circunstancial», «noivado» e «experimentação») inclui geralmente, tanto para os homens como para as mulheres, expectativas e aspirações mais elevadas, bem como normas mais flexíveis de liberdade e autonomia pessoal. É como se o amor e a liberdade individual fossem conciliáveis através da coabitação mas deixassem de o ser a partir do momento em que se transita para uma união institucionalizada. Na coabitação pré-nupcial, socialmente heterogénea, e albergando os três perfis referidos, o casamento simboliza ainda uma mudança de estatuto entre a condição de solteiro, ou solteira, jovem, sem filhos e a condição de adulto (casado/a) com responsabilidades familiares. Em contraste, os entrevistados do perfil moderno, recrutados nos meios mais diplomados, não têm representações diferenciadas acerca da coabitação e do casamento. Nestes, é possível observar uma **dupla desvinculação** entre, por um lado, **casamento e entrada na conjugalidade** e, por outro, **casamento e entrada na parentalidade** que traduz uma forte desafecção face à instituição matrimonial.

Gostaríamos ainda de salientar que os perfis desenhados não são fechados mas pensados em termos dinâmicos uma vez que admitem mudanças de sentido ao longo do percurso conjugal, isto é, a passagem



de um perfil de coabitação a outro, bem como a divergência quanto ao seu significado na perspectiva masculina e feminina. O carácter dinâmico dos perfis implica, pois, pensar em termos de itinerários individuais, masculinos e femininos, transições familiares, recomposições, rupturas e contextos sociais da coabitação.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, Sofia (2005), "A Formação do Casal: Formas de Entrada e Percursos Conjugais" em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais, pp. 85-116.
- ARIÉS, Philippe (1973 [1960]), *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, Paris, Seuil.
- BAWIN-LEGROS, Bernardette (1988), "Nouvelles Formes de Conjugalité et de Parentalité" em *Familles, Mariage, Divorce*, Liège-Bruxelles, Pierre Mardaga.
- BECK, Ulrich e Elisabeth BECK-GERNSHEIM (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- BOZON, Michel (1991), "Le mariage: montée et déclin d'une institution" em François de Singly (dir.), *La Famille: L'Etat des Savoirs*, Paris, La Découverte.
- CAPUCHA, Luís (1998), "Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades" em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa, (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta.
- ELIAS, Norbert (1993 [1939]), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, D. Quixote.
- GIDDENS, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- KAUFMANN, Jean-Claude (1993), "Mariage et cohabitation" et "Le couple à petits pas" em *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MACHADO, Fernando Luís e António FIRMINO DA COSTA (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social" em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa, (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.
- MANTING, Dorien (1994), *Dynamics in Marriage and Cohabitation. An inter-temporal, life course analysis of first union formation and dissolution*, Amsterdam, Thesis Publishers/Netherlands Graduate School of Research in Demography (PDOD).
- ROUSSEL, Louis (1986), La Cohabitation sans Mariage: des faits aux interprétations. *Dialogue «De L'Union Libre»*, n° 92, pp. 41-52.
- ROUSSEL, Louis (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- SHORTER, Eduard (1977), *La Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil.
- SMART, Carol e Pippa STEVENS (2000), *Cohabitation Breakdown*, Londres, Family Policy Studies Centre.
- VILLENEUVE-GOKALP, Catherine (1990), "Du Mariage aux Unions Sans Papiers: Histoire Récente des Transformations Conjugales", *Population*, n° 2.

ⁱ Esta comunicação tem por base os resultados principais de uma investigação realizada no âmbito de uma dissertação de doutoramento com o título “Sem Cerimónia nem Papéis: um estudo sobre as uniões de facto em Portugal”, orientada pela Professora Doutora Karin Wall .